

2 — Prova de conhecimentos — as provas escritas de conhecimentos são realizadas, sem consulta, no dia 10 de Novembro de 2007, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresa (ISCTE), sito na Avenida das Forças Armadas, em Lisboa, pelas 9 horas, devendo os candidatos ser portadores do respectivo bilhete de identidade.

Legislação e bibliografia:

Constituição da República Portuguesa;

Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, que aprova o Código do Procedimento Administrativo;

«Carta ética — Dez princípios éticos da Administração Pública» (disponível no sítio da DGAEP, em www.dgaep.gov.pt);

Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril;

Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto;

Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;

Decreto-Lei n.º 181/2007, de 9 de Maio;

Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro;

Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, que aprova o Código do Trabalho;

Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, que regulamenta o Código do Trabalho;

Lei n.º 9/2006, de 20 de Março, que altera o Código de Trabalho e a regulamentação do Código do Trabalho;

Lei n.º 23/2004 de 22 de Junho, que aprova o regime jurídico do contrato individual de trabalho da Administração Pública;

Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, que aprova o Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local;

Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro;

Lei n.º 53-C/2006, de 29 de Dezembro, que prorroga a vigência da Lei n.º 43/2005, de 29 de Agosto;

Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, que altera e republica o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;

Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro;

Decreto Regulamentar n.º 25/2007, de 29 de Março;

Decreto Regulamentar n.º 26/2007, de 29 de Março;

Decreto Regulamentar n.º 27/2007, de 29 de Março;

Decreto Regulamentar n.º 28/2007, de 29 de Março;

Decreto Regulamentar n.º 29/2007, de 29 de Março;

Decreto Regulamentar n.º 30/2007, de 29 de Março;

Decreto Regulamentar n.º 31/2007, de 29 de Março;

Decreto Regulamentar n.º 32/2007, de 29 de Março;

Decreto-Lei n.º 276/2007, de 31 de Julho;

Decreto-Lei n.º 276-C/2007, de 31 de Julho;

Decreto Regulamentar n.º 81-B/2007, de 31 de Julho;

Decreto-Lei n.º 88/2007, de 29 de Março;

Lei n.º 15/2002, de 22 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 4-A/2003, de 19 de Fevereiro, que aprova o Código de Processo nos Tribunais Administrativos;

Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto;

Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 35/2007, de 15 de Fevereiro;

Decreto-Lei n.º 200/2007, de 22 de Maio;

Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março;

Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;

Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 124/2005, de 8 de Julho, publicada no *Diário da República*, 1.ª série B, n.º 149, de 4 de Agosto de 2005;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 39/2006, de 30 de Março, publicada no *Diário da República*, 1.ª série B, n.º 79, de 21 de Abril de 2006;

Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que alterou e republicou a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro;

Lei n.º 10/2004, de 22 de Março;

Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio;

Lei n.º 15/2006, de 26 de Abril;

Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril, que alterou e republicou a Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, e a Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro.

Bibliografia:

Diogo Freitas do Amaral, *Curso de Direito Administrativo*, Almedina; Marcelo Rebelo de Sousa e André Salgado de Matos, *Direito Administrativo Geral*, Dom Quixote;

J. J. Gomes Canotilho e Vital Moreira, *Constituição da República Anotada*, Coimbra Editora;

Jorge Miranda e Rui Medeiros, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra Editora;

J. M. Santos Botelho, Américo Pires Esteves e José Cândido de Pinho, *Código do Procedimento Administrativo Anotado*, Almedina;

Mário Esteves de Oliveira, Pedro Costa Gonçalves e J. Pacheco Amorim, *Código do Procedimento Administrativo Comentado*, Almedina;

António Lemos Monteiro Fernandes, *Direito de Trabalho*, Almedina;

Mário Aroso de Almeida, Carlos Alberto Fernandes Cadilha, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, Almedina.

3 — Este aviso pode também ser consultado no sítio da Secretaria-Geral do Ministério da Educação, em www.sg.min-edu.pt, sendo ainda publicitado nos locais mencionados no aviso de abertura do concurso.

15 de Outubro de 2007. — A Presidente do Júri, *Maria Eugénia dos Santos Carvalho*.

Conservatório Nacional

Escola de Música

Aviso n.º 20 688/2007

Em cumprimento do disposto no artigo 95.º, capítulo V, do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no escaparate desta Escola de Música a lista de antiguidade do pessoal docente abrangido pelo referido decreto-lei e com referência a 31 de Agosto de 2007.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

8 de Outubro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Luís Wagner Santos Diniz*.

Direcção Regional de Educação do Norte

Escola Secundária/3 Abade de Baçal

Aviso n.º 20 689/2007

Nos termos do n.º 1 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no expositor do átrio desta Escola a lista de antiguidade do pessoal docente deste estabelecimento de ensino referente a 31 de Agosto de 2007.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

8 de Outubro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Teresa Martins Rodrigues Sá Pires*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Alfena

Aviso n.º 20 690/2007

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 132.º do Estatuto da Carreira Docente, Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, faz-se público que se encontra afixada na sala dos professores da Escola E. B. 2, 3 de Alfena, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal docente que dispõe de 30 dias consecutivos a contar da data da publicação para reclamar ao dirigente máximo do serviço, nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março.

11 de Outubro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Fernanda Maria dos Santos Simões Mendonça*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Arrifana e Escapães

Despacho n.º 24 544/2007

Por despacho de 8 de Dezembro de 2006 do coordenador educativo de Entre Douro e Vouga, foram homologados os contratos dos docen-

tes das escolas e grupos abaixo indicados referentes ao ano lectivo de 2006-2007:

235593, EB1 Nadais:

Código 110 — 1.º ciclo do ensino básico:

Maria Odete Ferreira Lameiro.
Patrícia Andrea Ferreira Carvalho.

241088, EB1 Outeiro:

Código 110 — 1.º ciclo do ensino básico:
Tiago Bonifácio Almeida.

343614, Escola E. B. 2/3 de Arrifana:

Código 210 — grupo Português e Francês:
Ilesete Santos Silva.
Maria Cristina Silva Ferreira.

Código 220 — grupo Português e Inglês:

Rogério Paulo Castro Ferreira.
Joana Luísa Pinto Bodas Maia Silva Salvado.

Código 230 — grupo Matemática e Ciências da Natureza:

Maribel Branco Santos.
Daniela Pinho Lima Silva.

Código 260 — grupo Educação Física:

Pedro Miguel Martins Jordão Mota.

Código 290 — grupo Educ. Moral Rel. Católica:

António Miguel Tavares Gonçalves.

Código 320 — grupo Francês:

Marília Zita Dias Soares Silva.

Código 330 — grupo Inglês:

Maria do Céu Oliveira Barbosa Vilar.

Código 500 — grupo Matemática:

Sandra Cristina Fernandes Correia.

Código 550 — grupo Informática:

Victor Manuel Silva Henriques.
António Manuel Santos Salavessa.

10 de Outubro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Guiomar Ferreira da Silva*.

Despacho n.º 24 545/2007

Por despacho de 8 de Janeiro e de 19 de Janeiro de 2007 da presidente do conselho executivo e no uso das competências delegadas no despacho n.º 24 941/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, foram homologados os contratos dos docentes das escolas e grupos abaixo indicados referentes ao ano lectivo 2006-2007:

241088 — EB 1 Outeiro:

Código 110 — 1.º Ciclo do Ensino Básico:
Filipe Soares Fernandes Diogo.

343614 — Escola E. B. 2/3 de Arrifana:

Código 330 — Grupo Inglês:
Alexandra Maria Fernandes da Costa.

Código 500 — Grupo Matemática:

Bruno Manuel Gonçalves Gomes.

10 de Outubro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Maria Guiomar Ferreira da Silva*.

Agrupamento Vertical de Escolas de Baguim

Aviso n.º 20 691/2007

Nos termos do disposto no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que se encontra afixada no *placard*

existente na sala de professores deste Agrupamento de Escolas a lista de antiguidade do pessoal docente reportada a 31 de Agosto de 2007.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República* para reclamação ao dirigente máximo do serviço, nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei.

11 de Outubro de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *José Manuel Gomes Esteves da Silva*.

Agrupamento Vertical Escolas de Baltar

Despacho n.º 24 546/2007

Nos termos do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 184/2004, de 29 de Julho, designo a assistente de administração escolar especialista Maria Silvina Mendes Ribeiro Barros Pereira, chefe de serviços de Administração Escolar em regime de substituição, com produção de efeitos a 2 de Maio de 2007.

2 de Maio de 2007. — O Presidente do Conselho Executivo, *António Joaquim Correia de Aguiar*.

Agrupamento de Escolas Cávado Sul — Barcelinhos

Aviso n.º 20 692/2007

Para os devidos efeitos se torna público que, no uso das competências que me são conferidas pelo despacho n.º 24 941/2006, de 5 de Dezembro, foi autorizado, por meu despacho de 8 de Outubro de 2007, o pedido de exoneração da educadora de infância do quadro do Jardim-de-Infância de Pereira (código 641479) Elisabete Maria Soares Ferreira, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a partir de 27 de Setembro de 2007.

8 de Outubro de 2007. — A Presidente Conselho Executivo, *Maria Paula Abreu Pereira Elias de Sousa*.

Aviso n.º 20 693/2007

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 132.º do ECD e no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que se encontra afixada na sala de professores da sede do Agrupamento de Escolas Cávado Sul — Barcelinhos a lista de antiguidade do pessoal docente, com referência a 31 de Agosto de 2007.

Nos termos do artigo 96.º do referido decreto-lei, os docentes dispõem de 30 dias a contar da data de publicação no *Diário da República*, para reclamar da mesma.

9 de Outubro de 2007. — A Presidente Conselho Executivo, *Maria Paula Abreu Pereira Elias de Sousa*.

Agrupamento Vertical de Escolas do Levante da Maia

Aviso n.º 20 694/2007

Por despacho de 12 de Março de 2007 do presidente do conselho executivo, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 24 941/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, com efeitos a 1 de Setembro de 2006, foi nomeado para o quadro de zona pedagógica, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 384/93, de 18 de Novembro, da alínea *b)* do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 20/2005, de 31 de Janeiro, e da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 64.º e do artigo 65.º do ECD, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de Abril, com as alterações dadas pelo Decreto-Lei n.º 1/98, de 2 de Janeiro, o docente Bruno Miguel Matos Leite, grupo 550, para o quadro de zona do Porto, código 13.

4 de Outubro de 2007. — A Presidente do Conselho Executivo, *Cristina Isabel Oliveira Gomes Ferreira*.

Aviso n.º 20 695/2007

Por despacho de 12 de Março de 2007 do presidente do conselho executivo, no uso da competência delegada pelo despacho n.º 24 941/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 5 de Dezembro de 2006, com efeitos a 1 de Setembro de 2006, foram transferidos, nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 35/2003, de 27 de Fevereiro, na versão republicada em anexo ao Decreto-Lei n.º 20/2005, de 9 de Janeiro, e da alínea *a)*